

RESPOSTA AO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal atual, formado por aliados e amigos da diretoria anterior, recusou-se a analisar as contas da diretoria anterior (2020), alegando não ser sua atribuição; e o conselho fiscal anterior, formado por membros da oposição à diretoria atual, também se recusou a analisar as contas da diretoria anterior, alegando “risco da Covid”. O Sind-Justiça aguardou até este momento. Com a recusa de ambos os conselhos, estamos levando as prestações de contas de 2020 e 2021 para a categoria analisar em assembleias em todo o Estado, sem parecer do conselho fiscal referente ao ano de 2020.

Isso posto, seguem as explicações em relação ao min8cioso relatório que o conselho fiscal fez, em relação às contas da diretoria atual:

CONTAS DE 2020 (DIRETORIA ANTERIOR) - Inicialmente, cabe esclarecer que estávamos aguardando que algum Conselho Fiscal analisasse antes as contas de 2020, último ano da diretoria anterior.

Desculpa do Conselho Fiscal atual (Tatiana Bruno, Edson Sardinha e Paulo Roberto): ***“informamos que a responsabilidade para apresentação do RELATÓRIO FINANCEIRO ANUAL, referente às contas de 2020, é dos membros do Conselho Fiscal anterior, gestão 2018/2020”.***

Desculpa do Conselho Fiscal anterior (Ana Beatriz Manssour, Winter Bastos e Alexandre Pereira): **“Não temos condições de nos reunir por causa da Covid e os conselheiros constataram a impossibilidade da realização do relatório fiscal no ano de 2020”.**

Não é segredo para ninguém que os componentes dos conselhos fiscais têm relação de militância com a diretoria anterior, além de serem unidos pelo ódio que nutrem pela nossa diretoria, por não saber lidar com a derrota nas eleições sindicais. Mas, por que nenhum dos conselhos quis analisar as contas dos amigos da diretoria anterior? Vamos entender.

A nossa diretoria, quando assumiu o Sindicato, em janeiro de 2021, fez um relatório denunciando o péssimo uso dos recursos pela **diretoria anterior**, em documento encaminhado à categoria, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Ética, em que relatamos, dentre outras coisas:

- Saques indevidos do Fundo de Greve, no montante de 3 MILHÕES DE REAIS, dos quais 338 mil nunca foram devolvidos. Entre outros gastos, O fundo de greve, que só deveria ser usado nas greves, foi usado IRREGULARMENTE para:
 1. Pagar a empresa de comunicação de Curitiba (46.618,12)
 2. Eleição Sindical (284.000,00)
 3. Parcela 1/5 da suposta “Auditoria” (10.000,00)
 4. Cartão de Crédito Corporativo e outros (136.488,21)
 5. Reembolso de diretora + pagamentos diversos (325.000,00)

- Saques indevidos do Fundo Contingencial, que possuía cerca de um milhão de reais no início de 2018, quando a Diretoria anterior assumiu, mas nos foi entregue zerado em 2021. Para se ter ideia, o Fundo Contingencial (que deveria ser usado para ações trabalhistas) foi usado indevidamente para:
 - 1) Doação para chapa de oposição na eleição do Sindicato do Maranhão 3.000,00
 - 2) Empresa de Comunicação de Curitiba (pagamento de vídeos) 14.276,68
 - 3) Parcela da “Auditoria” fajuta e eleitoreira encomendada durante as eleições sindicais (pago em 30 de dezembro, último dia da gestão anterior - 20.000,00)
 - 4) Alimentação no Restaurante Xodó (30 de dezembro, último dia da gestão anterior) 5.018,00
 - 5) Festividades 15.000,00
 - 6) Brindes 37.000,00
 - 7) Mensalidade da Fenajud 21.000,00
 - 8) Nova compra de brindes 12.250,00
 - 9) “Consultoria” 30.000,00
 - 10) Empréstimos a outros sindicatos 60.000,00
 - 11) Festa de final de ano em Campos 8.000,00
 - 12) Festa de final de ano em Volta Redonda (churrasqueiro 3.520,00, açougue 5.000,00, bebidas 2.000,00 músico 1000,00, aluguel do espaço “Outro Nível” 3.000,00 etc)
 - 13) Confraternização 23.192,38
 - 14) Doação para Frente Parlamentar Mista 3.000,00

- Financiamento, com dinheiro do Sindicato, de chapas de oposição em diversos outros estados, como Bahia, Rio Grande do Sul, Amapá, Acre etc e até uma chapa de oposição do sindicato dos bancários do Maranhão, numa clara compra de votos para o projeto eleitoral de um dos membros da diretoria anterior em se eleger para comandar a Fenajud

- Despesas exorbitantes com cartão corporativo por alguns diretores, com passagens de avião, hotel e jantares para amigos da direção anterior, notadamente para um indivíduo do Maranhão. Somente a fatura de um dos cartões corporativos, em dezembro de 2020 (último mês de gestão da diretoria anterior, que os conselhos fiscais não querem examinar) ultrapassou os 100 mil reais, que tivemos que pagar em janeiro de 2021.

- Empréstimo de dinheiro do Sindicato para o próprio diretor financeiro, no valor de 21 mil reais, para ele pagar dívidas pessoais, sob a desculpa de que este diretor seria negativado no SPC e isso impediria que ele movimentasse as contas do Sindicato.

Estranhamente, depois do nosso relatório, NENHUM DOS DOIS CONSELHOS FISCAIS QUIS ANALISAR AS CONTAS DA DIRETORIA ANTERIOR EM QUE OCORRERAM ESTES ABSURDOS. Pelo

contrário. O conselho fiscal, quando recebeu a denúncia do Sindicato, fez um extenso relatório sobre a nossa gestão anterior, encerrada em 2017, que já havia sido aprovada pela categoria. Ou seja, curiosamente, eles não se acham aptos para analisar contas de 2020, mas acham adequado reanalisar contas já analisadas pelo conselho fiscal da época e já aprovadas pela categoria, de 2011/2017.

Por este motivo, as assembleias deliberarão sobre as contas de 2020, da DIRETORIA ANTERIOR, sem parecer, por conveniente omissão dos 2 Conselhos Fiscais; e as contas de 2021, DA DIRETORIA ATUAL, com análise do Conselho Fiscal.

CONTAS DE 2021

DIRETORIA ATUAL

- 1) FUNDO DE GREVE - O Conselho Fiscal faz uma breve menção ao saldo do fundo de greve, mas, curiosamente, parece não ter notado que estão faltando 338 mil reais, por causa de saques indevidos da gestão anterior. Também não dizem nada sobre a aplicação atual dos recursos, sobre a correção dos valores que depositamos... NADA! Então, informamos que o fundo de greve está rigorosamente em dia, sem qualquer saque indevido, como os saques ocorridos na diretoria anterior.
- 2) FUNDO CONTINGENCIAL – A diretoria anterior nos entregou este fundo ZERADO, depois de tê-lo encontrado com quase um milhão de reais. O conselho não faz menção sobre a correta aplicação que fazemos dos valores ou a exatidão dos depósitos, então informamos que consertamos o rombo deixado pela diretoria anterior e o Fundo vem sendo depositado rigorosamente em dia.
- 3) AJUDA DE CUSTO - Temos, na diretoria atual, 2 (dois) diretores, que não moram no Rio e trabalham TODOS OS DIAS no Sindicato. O Diretor Alzimar, por exemplo, é de Friburgo. É inviável ir e voltar de Friburgo todos os dias. Por isso, foi necessário alugar um imóvel no Rio, até porque, como toda a categoria sabe, o diretor está todos os dias no Sindicato, saindo de lá tarde da noite e retornando no dia seguinte cedo. Nunca houve uma única falta ao trabalho no Sindicato, seja nesta gestão ou no período de 2011/2017.

Curiosamente, na diretoria anterior, cujas contas nenhum conselho fiscal quer analisar, havia 05 (CINCO) diretores ganhando a mesma ajuda de custo, que, somente em 2020, custaram ao Sindicato o valor de 121 MIL REAIS, sendo que a diretora Suzana (que custou 5 mil reais de hospedagem) mora no Rio, a diretora Ana Paula do Couto mora em Campos, não tinha licença sindical e, mesmo assim, tinha ajuda de custo de aluguel em Niterói. O ex-diretor geral Aurélio recebeu 25 mil reais só em 2020. A ex-diretora geral Claudia salgado recebeu 30 mil reais de ajuda de custo para moradia em 2020 etc Algum conselho fiscal se incomodou com isso? Ou os conselhos e seus aliados

que compartilham as mentiras da oposição só se incomodam com, a nossa gestão, que possui apenas dois diretores com ajuda, que de fato moram em outra cidade e de fato trabalham no Sindicato todos os dias?

A intenção deles é clara. Se não houver ajuda de custo, os diretores teriam que viajar todos os dias para trabalhar no Sind e isso inviabilizaria a gestão. É somente esta a intenção.

Registre-se que, no Congresso ocorrido em agosto, em Teresópolis, o conselho fiscal, juntamente com militância de oposição do MOS, tentou aprovar a vedação de ressarcimento de despesas dos diretores, para inviabilizar a participação de servidores do interior na diretoria do Sindicato, mas a categoria rechaçou esta tentativa claramente política.

- 4) ALIMENTAÇÃO NOTURNA – Como já dissemos, temos DOIS diretores sindicais que trabalham todos os dias, até altas horas, para fazer funcionar o Sindicato. Eles recebem uma ajuda de custo para se alimentar à noite, porque, graças ao volume de trabalho e seriedade com que conduzem o Sindicato, trabalham até tarde da noite no Sind, em prol da categoria. Observação 1: Nenhum diretor recebe ajuda de custo para almoçar. Observação2: Na diretoria anterior, havia 8 (OITO) diretores recebendo alimentação noturna, que custou 38 mil reais aos cofres do Sindicato em 2020, ano que nenhum conselho fiscal quer investigar. À guisa de exemplo, o ex-diretor Aurélio recebeu, somente em 2020, 8.340,00 de alimentação noturna; a diretora Claudia Salgado recebeu, somente em 2020, 5.460,00; José Carlos Arruda recebeu, somente em 2020, 2.220,00; a diretora Suzana, somente em 2020, recebeu 2.566,00... algum dos conselhos achou isso errado? Ou só incomoda quando temos agora apenas DOIS diretores, que trabalham de fato no Sindicato até tarde, e toda a categoria é testemunha disso?
- 5) AJUDA DE CUSTO PARA APOSENTADOS – Fomos eleitos com 3 aposentados ocupando as diretorias de saúde, aposentados e direção geral, colegas aposentadas, que, assim como os demais diretores, trabalham pela categoria sem receber um único centavo. Tudo o que o Sindicato faz é pagar a estas colegas o auxílio-alimentação que os ativos possuem, porque elas passam o dia no Sindicato trabalhando e precisam se alimentar. Na diretoria anterior, havia 5 (CINCO) diretores ganhando ajuda de custo por serem aposentados, que custaram 69 mil reais ao Sindicato somente em 2020, último ano da gestão em que, diga-se, estava tudo fechado por causa da Covid. No ano de 2020, foram pagos 14.190,00 ao diretor Venâncio, 14.190,00 à diretora Claudia Salgado, 12.900,00, à diretora Suzana, 12.900,00 à diretora Juçara, 14.190,00 à diretora Vera Lírio.... nenhum conselho viu ou se incomodou com isso? Só incomoda em nossa gestão, quando temos 3 aposentadas, que de fato trabalham pela categoria? O conselho diz ainda que seria irregular o pagamento de auxílio-alimentação aos aposentados porque não tem a nota fiscal de cada refeição. Ocorre que o auxílio é pago nos mesmos moldes do servidor ativo, que, ao que se sabe, não precisa

comprovar despesa do almoço para receber o auxílio-alimentação do Tribunal. Só os aposentados teriam tratamento diferente? E só os aposentados da nossa gestão? Algum dos conselhos cobrou comprovante de almoço dos aposentados da diretoria anterior? Ou o próximo passo do Conselho Fiscal é sugerir isso ao Tribunal?

- 6) AJUDA DE CUSTO A EX-DIRETOR – o ex-diretor Otávio, que atuou como diretor financeiro da diretoria anterior, trabalhou durante o todo o mês de janeiro, passando as informações necessárias aos novos diretores financeiros, em relação às senhas, extratos, movimentações financeiras, dívidas, financiamentos, fornecedores etc, fazendo a transição entre as duas gestões, com informações essenciais à gestão do Sindicato, por isso recebeu a ajuda de custo, porque teve que se manter no Rio durante este período.
- 7) “FLANELINHA” – Na verdade, são os guardadores de carro legalizados, que trabalham na rua do Tribunal. Eles asseguram vagas para os carros do Sindicato na rua, porque se tivéssemos que pagar estacionamento, o custo seria infinitamente maior. O custo, por dia, é de 20 reais. Se os conselheiros fiscais indicarem um estacionamento que cobre mais barato, a gente troca. Mas eles não pensam na economia, só na oportunidade de tentar criar um “escândalo” com um estacionamento de 20 reais por dia. Diga-se de passagem, isso é feito há décadas no Sindicato. Só agora virou motivo de “escândalo”.
- 8) CONTA DE TELEFONE – Tentam, igualmente, criar um fato político com a despesa de telefone. Todos sabem que o telefone do diretor Alzimar está sempre à disposição da categoria, 24h por dia, inclusive nos finais de semana e feriados. Entramos em contato com todos os servidores, tiramos dúvidas, respondemos, explicamos, orientamos.... o custo da linha telefônica é de 260 reais. O que o Conselho parece querer é que o diretor pague do seu bolso para atender a toda a categoria, isso depois de uma diretoria que nos antecedeu que não atendia ninguém e todos ficavam sem informações. Aliás, curiosamente, a oposição, em proposta assinada em conjunto pelo Mos e por ex-diretores, propõe no Congresso que o Sind não reembolse despesas da nossa diretoria, para tentar inviabilizar a nossa gestão. Esta nota do conselho fiscal coincide bastante com a proposta da oposição. Curioso.
- 9) MANUTENÇÃO – O Conselho aponta como “irregular” o pagamento de manutenção no veículo do Diretor André. À guisa de exemplo, em 2020 (que os conselhos fiscais não querem analisar), a ex-diretora geral Claudia Salgado teve despesa de manutenção de 7 mil reais, a ex-diretora Vera Lírio teve despesa de 2.600,00, a ex-diretora Gabriela teve despesa de 2.600,00... ou seja, as diretorias anteriores podiam ter a manutenção sem incomodar a nenhum conselho fiscal, mas a nossa gestão, que trabalha de verdade, tem que pagar para trabalhar?
- 10) CARTÃO DE CRÉDITO – Provavelmente, a proposta mais bizarra deste Conselho político-fiscal. Quando assumimos o Sind, em janeiro de 2021, encontramos uma farrá de cartões corporativos nas mãos de diretores. A fatura de um único cartão, do último

mês da diretoria anterior (dezembro/2020, que nenhum conselho fiscal quer investigar), foi de 100 MIL REAIS. A primeira coisa que fizemos foi acabar com os cartões corporativos, porque não há controle. Aí, o Conselho Fiscal vem agora e diz que “o sindicato poder manter um cartão de crédito corporativo”. Beira o surreal e parece até uma armadilha.

- 11) FUNDO DE GREVE – Por fim, o Conselho Fiscal, que fingiu que não viu que a diretoria anterior movimentou irregularmente mais de 3 MILHÕES DE REAIS do fundo de greve, e fingiu também que não viu o rombo de 338 mil reais no fundo de greve deixado pela diretoria anterior, vem dizer que a nossa diretoria é obrigada a “ingressar com ações judiciais para reaver esses valores do fundo de greve usados pela categoria nas últimas greves. Duas coisas se destacam: primeiro, o evidente desconhecimento, porque a categoria deliberou, no último congresso, não ingressar com ação judicial contra colegas; em segundo lugar, nós já vimos cobrando o fundo de greve. É curioso sugerir que o Sindicato processe seus associados, porque aí ficaremos sem o associado.

- 12) Eles terminam, dizendo “REGISTRE-SE QUE NÃO HÁ NENHUMA IRREGULARIDADE NO REEMBOLSO DE DESPESAS PAGAS PELOS DIRIGENTES SINDICAIS QUE DEVERIAM SER PAGAS PELO SINDICATO”. E concluem: “FACE AO EXPOSTO, DELIBEROU O CONSELHO FISCAL EM **APROVAR**, PARCIALMENTE E COM RESSALVAS, AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021”. Ou seja, o conselho fiscal fez um teatro pra induzir a categoria, mas tem que aprovar as nossas contas, porque temos uma administração séria.

- 13) Por fim, registre-se que é lamentável que o conselho fiscal, que fez um relatório tão minucioso contra a diretoria atual (e isso não nos preocupa, porque não deve não teme) não tenha tido a coragem de analisar as contas da diretoria anterior, repletas de provas de mau uso dos recursos da entidade.

SIND-JUSTIÇA

DIREÇÃO GERAL

Alzimar Andrade

Abraão Lincon

André Parkinson